

A nova conjuntura internacional ajuda a democracia

Entrevista com Mário Schemberg (*)

Qual a sua opinião sobre a tese da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte?

A Assembléia Nacional Constituinte está se tornando um ponto de focalização das atenções gerais. Tem sido proposta por muitos setores diferentes. Parece ser uma proposta inevitável para resolver o problema da institucionalização democrática do Brasil. O Brasil tem, neste momento, de se adaptar a uma nova conjuntura internacional, como aconteceu em 1945. Naquela época, também surgiu a idéia de uma Assembléia Nacional Constituinte, que, depois, foi convocada e deu a Constituição de 1946. O Brasil, após a Constituição de 46, tem sido uma série de Constituições, na verdade outorgadas, e que não traduzem o anseio geral da população, não tendo a legitimidade de um processo democrático. De modo que a convocação de uma Constituinte é realmente indispensável para o enquadramento do Brasil dentro da nova conjuntura que surgiu nos últimos anos, em todo o mundo. O Brasil está ficando isolado politicamente do mundo ocidental, e mesmo dentro da própria América Latina.

De que maneiras esta nova situação internacional condiciona o processo político brasileiro?

Esta nova realidade internacional se configurou nos últimos anos, depois do fim da guerra do Vietnã, com a mudança da política internacional dos Estados Unidos, assim como em virtude da mudança da situação econômica internacional. Nos últimos anos, houve o fim daquele período de grande expansão econômica, que caracterizou o pós guerra, tendo começado um novo período de recessão econômica, de inflação, etc. Um dos aspectos importantes dessa nova conjuntura econômica foi o aumento contínuo dos preços do petróleo, que atingiu gravemente o Brasil. Acho que a reconstrução da situação tem um aspecto, em primeiro lugar, político, mas, em segundo lugar, também econômico e social, porque o regime autoritário que existe no Brasil procurou se justificar por motivos de ordem econômica, com seu modelo de desenvolvimento econômico acelerado. Diante da necessidade de uma profunda revisão de todos esses conceitos econômicos e sociais, verifica-se que realmente há necessidade não só de reformular o problema, mas de consultar todas as camadas da população brasileira, que estão profundamente decepcionadas com esse modelo econômico. Essa consulta ampla da população brasileira sobre o desenvolvimento econômico só poderá ser feita através de uma democratização das instituições, que permita realmente dar lugar a um debate nacional profundo. Naturalmente, a situação é de suma gravidade, porque a partir de 1964, o Brasil adotou uma política econômica baseada em certos pressupostos, realizados nesse período de pós guerra, como os da abundância de capitais estrangeiros e do papel das multinacionais, agora desfeitos. O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro está encontrando as maiores dificuldades, devendo ser profundamente modificado. É necessário que haja um debate muito profundo e muito amplo, sem qualquer restrição, como censura, e dando todas as oportunidades a todas as camadas da população brasileira e a todas as classes sociais de se pronunciarem efetivamente, de darem contribuição efetiva para uma nova política de desenvolvimento dada pela legislação fascista da Itália de Mussolini, uma das causas básicas da fraqueza da democracia brasileira. Mesmo nos períodos de certas liberdades democráticas no Brasil, a participação real da maior parte da população foi sempre muito pequena, e continua sendo. Mas eu acredito que, se houver liberdade sindical ampla, o movimento sindical brasileiro poderá se reestruturar e tornar-se bastante vigoroso em pouco tempo.

Quais seriam, nesse sentido, as características de uma Assembléia Nacional Constituinte? Alguns setores democráticos já se pronunciaram em relação às características dessa assembleia, exigindo que ela seja livremente eleita, democrática e soberana. O que o senhor pensa disso?

Bem, acho que não pode haver dúvidas. Uma Assembléia Constituinte, por sua própria natureza, deve ser livremente eleita e soberana, para ter autoridade para dar a autêntica e legítima carta magna do país.

Nesse sentido, quais seriam as condições prévias para a convocação dessa Assembléia?

Uma condição prévia seria a reconciliação nacional, a exemplo do que está acontecendo na Espanha, onde houve uma profunda cisão dentro do país, em virtude da guerra civil. Cisão sem dúvida muito mais profunda do que a que ocorreu no Brasil, pois aqui não houve nem sequer ameaça de guerra civil. Uma pacificação análoga tem que acontecer no Brasil, onde muito menos motivos houve para essa situação como a atual. Uma forma natural para essa reconciliação seria uma anistia ampla, com a liberdade de organização de todas as tendências políticas, para poderem participar do debate nacional da Assembléia Constituinte.

O senhor acha que seria possível que isso se desse de cima para baixo, ou seja, que o regime atual concedesse essas medidas?

Bem, é uma das possibilidades. Seria a possibilidade mais clara do momento que a iniciativa partisse do próprio governo. Naturalmente, isso é muito difícil de precisar, ainda mais nesse momento em

que está se iniciando um debate sobre a sucessão presidencial, que provavelmente terá uma forte interferência na evolução de todo esse problema.

O senhor acha que, na situação atual, é viável essa luta pela Constituinte, ou ela é um objetivo ainda muito distante?

Acho que está começando a se tornar viável essa luta. A luta pela Constituinte já começou, na realidade. A luta pela Constituinte não é uma batalha, uma guerra civil, mas uma campanha cívica. Com todos os pronunciamentos favoráveis que têm havido partindo de numerosos setores, de fato, já começou a campanha pela Constituinte.

Em sua opinião, que classes, setores ou grupos sociais poderiam participar da Constituinte?

Todos. Seria importante que todas as classes participassem. Isso porque essa Constituinte estaria, na realidade, ligada a uma mudança de todo o modelo de desenvolvimento brasileiro, modelo esse que foi feito com intervenção apenas de algumas classes, mas que foi elaborado, precisamente, por um grupo de tecnocratas. De fato, esse modelo se mostrou inoperante. Seu aparente sucesso, durante o período de uns cinco anos até 1973, não foi devido realmente à viabilidade do modelo, mas a uma conjuntura internacional excepcionalmente favorável.

Foi pensado por muitos que o sucesso da atual política econômica, durante cinco anos, teria sido consequência do modelo atual. Provavelmente, qualquer que fosse o modelo adotado naquele momento a situação seria a mesma, porque foi consequência de uma conjuntura internacional excepcionalmente favorável. Quando se alterou a situação internacional, o modelo começou a fracassar. Uma estrutura social é testada quando encontra dificuldades; quando essas não existem, qualquer estrutura social funciona. Precisa haver um período de dificuldades para ser testada. A história mostrou que não funcionava, pois ela estava toda baseada em pressupostos superficiais e transitórios. A conjuntura anterior dependia dos preços do petróleo abundante e barato, e, também, da euforia internacional e da abundância de capitais de investimento, coisas que deixaram de existir.

O ÊXITO DEPENDE DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS

Então, o senhor acredita que uma Constituinte possa enfrentar todos os problemas estruturais da sociedade brasileira?

Terá que enfrentar, não se pode fugir dessa realidade. O Brasil está enfrentando problemas muito profundos e precisa fixar rapidamente um itinerário futuro. Temos que enfrentar esses problemas, e só o faremos na medida do conhecimento da realidade social brasileira em toda a sua gravidade. Quanto maior for a participação de todas as camadas da população brasileira, quanto mais todos puderem se fazer ouvir, haverá melhores condições de êxito.

Existem problemas que há muito vêm reclamando uma solução, como os da reforma agrária e da criação de um amplo mercado interno de uma industrialização independente do predomínio do capital estrangeiro, da criação de uma tecnologia nacional, etc. O senhor crê que a Constituinte poderá dar resposta a isso, que nos marcos da Constituinte esses problemas poderão ser resolvidos?

Eu não diria que a Constituinte poderá resolver todos esses problemas, porque isso requererá todo um período histórico. O que a Constituinte poderá fazer será criar condições que permitam a solução desses problemas. Não propriamente resolvê-los, mas encaminhar a sua solução. E, para isso, exatamente; é preciso que haja um amplo debate, que sejam ouvidos todos os setores da sociedade. Disso, naturalmente, dependerá a elaboração de uma Constituição adaptada ao atual período histórico. Também é necessário levar em conta que, nesses últimos 30 anos, desde que a Constituição de 46 foi promulgada, houve uma alteração profunda da própria estrutura demográfica do Brasil, principalmente a concentração de grande parte da população nas cidades, e uma série de outras transformações muito importantes. Eu creio que exatamente isso pode criar condições mais eficientes para o funcionamento da democracia brasileira, do que no passado. Exatamente, o próprio fato de a maior parte da população já estar concentrada nas cidades, permite uma participação maior das massas na vida política do que quando a maior parte estava espalhada no campo. Realmente seria muito difícil num país como o Brasil de ontem, com a maior parte da população no campo, analfabeta, etc, poder haver uma democracia satisfatória. Poderia apenas haver certas formas liberais, como houve em certos períodos, mas, realmente, as condições sociais não permitiam maior avanço. Mas agora há realmente condições econômicas e populacionais, que permitem a concretização de uma república mais satisfatória do que houve no passado.

Alguns setores da oposição se colocam contra a



(*) Mário Schemberg é um dos mais renomados físicos brasileiros. Foi professor na Universidade de São Paulo e trabalhou em universidades estrangeiras.

tese da convocação da Assembléia Constituinte, alegando que atualmente os setores populares se encontram muito desorganizados, e que, por isso, qualquer Constituinte viria somente reforçar os interesses dos setores dominantes de tendência liberal, levando os setores populares a reboque de uma proposta que, segundo dizem, não seria sua. O que o senhor pensa a respeito dessa concepção?

Eu não concordo com essa concepção. Eu acho que há uma certa verdade quando dizem que os setores populares estão desorganizados. Porém, não é uma coisa tão difícil que, havendo plena liberdade, possa ocorrer uma reestruturação política suficiente dos setores populares; não digo já definitiva, mas pelo menos o começo de uma reestruturação das forças políticas ligadas ao povo, de maneira que se possa fazer ouvir e sentir na vida nacional a vontade das camadas mais amplas da população brasileira. Claro que é importante que a convocação da Constituinte seja feita de uma maneira ampla, permitindo que todas as camadas da população, que todas as correntes políticas, possam realmente se manifestar.

A pregação da Constituinte tem ficado, muitas vezes, abstrata, como uma solução puramente jurídica. Não seria importante abordar a questão levando em conta os problemas mais profundos de ordem econômica e social, que, de certa forma, condicionam essa tese atualmente?

Bem, o problema da Constituinte já está em discussão e já têm surgido muitas opiniões valiosas de vários setores. Alguns cientistas sociais têm também analisado esses assuntos. Realmente, um dos pontos fundamentais é a ampla participação dos trabalhadores na vida política brasileira. De fato, não tiveram, no passado, o papel que deveriam ter. Uma das anomalias da evolução política brasileira foi a fraqueza muito grande do movimento sindical. Ela tem sido apontada frequentemente. Como se sabe, o movimento sindical brasileiro, a partir de 1930, foi sempre controlado pelo governo. Isso explica a sua fraqueza, mesmo comparado com os movimentos sindicais de outros países latino-americanos. A tradição sindical brasileira foi sempre influenciada pelo Estado Novo: A legislação trabalhista que começou depois de 1930 foi inspirada pela legislação franquista da democracia brasileira. Mesmo nos períodos de certas liberdades democráticas no Brasil, a participação real da maior parte da população foi sempre muito pequena, e continua sendo. Mas eu acredito que, se houver liberdade sindical ampla, movimento sindical brasileiro poderá se reestruturar-se vigoroso em pouco tempo.

O senhor acha correto no momento que os setores opositoristas concentrem suas forças na luta pela Assembléia Constituinte, ou essa luta deveria assumir um caráter mais secundário, subordinando-se a temas talvez mais relevantes?

Eu acho que a luta pela Constituinte não é o único problema político existente no país; há muitos outros problemas políticos. Mas, a luta pela Constituinte não implica no abandono dos demais problemas. Eu creio que a luta pela Constituinte deva ser acompanhada da discussão de todos os problemas importantes. A própria discussão desses outros problemas dará melhores condições de re-

continua na página ao lado

“O Brasil adotou uma política econômica baseada em certos pressupostos, como os da abundância de capitais estrangeiros e do papel das multinacionais agora desfeitos... Quando se alterou a situação internacional, o modelo começou a fracassar”

continuação M. Schemberg

lização da Constituinte, e fará com que a Constituinte possa ter mais elementos para uma análise mais clara dos problemas brasileiros e possa elaborar uma carta mais adequada para o momento histórico. O problema mais fundamental, hoje, é o da existência de liberdade democrática, para que se possa fazer um debate mais aprofundado de todos os problemas nacionais, com a participação de todos os da população, exatamente para determinar o melhor caminho do desenvolvimento brasileiro. Não se poderá chegar a uma escolha acertada do modelo de desenvolvimento brasileiro se não houver uma ampla liberdade democrática para serem discutidos todos os assuntos. Desde logo, a abolição de todos os tipos de censura de imprensa, do rádio, da televisão, dos livros e filmes etc. Se indispensável para permitir um debate real, com a participação mais ampla possível. Eu acredito que o debate irá se expandir. É realmente um momento muito importante. O problema do desenvolvimento econômico, social, político e cultural está sendo discutido em todos os países. Nos países que já dispõem de amplas liberdades democráticas, as perspectivas estão sendo melhor definidas. É claro que essa discussão não pode ser feita sem haver todas

as liberdades democráticas, porque são problemas complexos e difíceis. Talvez seja até o fim de todo um ciclo de civilização. A humanidade está ameaçada de não ter energia suficiente para atender às suas necessidades. Essa é uma ameaça terrivelmente real, não é uma coisa hipotética, pois a reserva de petróleo está se esgotando, sendo coisa muito duvidosa se a energia atômica poderá num futuro próximo, substituir os combustíveis fósseis. Isso vem afetando toda a nossa civilização, neste momento

Ninguém pode pretender ser o dono da verdade; ela vai surgindo aos poucos porque são problemas muito complexos que estão surgindo. Tanto nos países subdesenvolvidos, como nos países desenvolvidos, os problemas são seríssimos. É a perspectiva de toda a civilização industrial, que está em jogo. Não é cerceando o debate, não é com meia dúzia de tecnocratas elaborando modelos e planos econômicos desligados da realidade, que poderemos encontrar um caminho para o futuro. O Brasil é um país que tem naturalmente possibilidades enormes, mas é preciso entender qual é o mundo em que nós estamos vivendo, quais são os problemas atuais e não ficar com miragens de um mundo que não existe mais.

Agora, é outra coisa que está se delineando. A

integração dentro do nascente panofama mundial precisa ser feita, sob pena de o Brasil ficar totalmente à margem da História. Talvez seja este o maior desafio que a civilização ocidental já teve desde que surgiu.

O senhor crê que o caminho que leva a um progresso substantivo da sociedade brasileira tem que passar, necessariamente, por essa Constituinte, ou o próprio desenvolvimento histórico poderia fazer com que a Constituinte fosse contornada, que o processo brasileiro passasse à margem dela.

Não, não acho não. Creio que a Constituinte é uma coisa importante. Não é que a Constituinte vá resolver todos os problemas, mas contribuirá para criar uma outra mentalidade, adaptada à compreensão dos problemas e ao seu enfrentamento. Esses problemas brasileiros não podem ser resolvidos por meia dúzia de tecnocratas desprovidos totalmente de senso da História, que não vêm nem sabem auscultar os sentimentos do povo. Todos os setores sociais do Brasil hoje já estão convencidos de que a orientação que vem sendo dada aos problemas brasileiros não está dentro da realidade. Isso também vai sendo rapidamente compreendido até nos círculos financeiros mais conservadores em todo mundo.